Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2023
ISSN 2178-6925

ANÁLISE DOS ASPECTOS ÉTICO-LEGAIS ACERCA DA UTILIZAÇÃO DE BDH E DENTES HUMANOS EXTRAÍDOS POR ACADÊMICOS DE ODONTOLOGIA

ANALYSIS OF THE ETHICAL AND LEGAL ASPECTS OF THE USE OF BDH AND HUMAN TEETH EXTRACTED BY DENTAL STUDENTS

Luciano Vale Faustino da Silva
Email: luciano_valle@hotmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0291-9403
Universidade Federal de Campina Grande, Patos, Paraíba, Brasil

José Lucas Medeiros Torres
Email: jose.torres@estudante.ufcg.edu.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9809-2959
Universidade Federal de Campina Grande, Patos, Paraíba, Brasil

Gyselle Tenório Guênes
Email: gyselletenorioguenes@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3083-2508
Universidade de Pernambuco, Garanhuns, Pernambuco, Brasil

Gymenna Maria Tenório Guênes
Email: gymennaguenes@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5447-0193
Universidade Federal de Campina Grande, Patos, Paraíba, Brasil

Resumo

O presente trabalho visa avaliar na literatura os aspectos ético-legais envolvidos na utilização de dentes extraídos e Banco de Dentes Humanos (BDH) por acadêmicos de Odontologia. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, com abordagem documental e observacional. As bases de dados para a busca da literatura foram PubMED, SCIELO, LILACS e Google Acadêmico. As palavras utilizadas como método de pesquisa foram “Banco de dentes”, “Acadêmicos de odontologia” e “Aspectos ético-legais”. A lei 8.501 de 1992, já dispõe sobre o uso de cadáveres para o ensino e pesquisas acadêmicas, mas em relação ao uso de elementos dentários para praticas didático pedagógicas, por muito tempo ficou uma lacuna na legislação quanto à forma legal de obtenção. A falta de implantação e implementação de Bancos de Dentes Humanos na maioria das instituições de ensino superior, públicas e privadas, é uma das principais problemáticas descritas na literatura frente a esta temática. Além disso, é notório que existe uma falta de conhecimento por parte dos acadêmicos sobre a correta utilização destes órgãos em estudos, acarretando em um maior risco de contaminação cruzada. Sugere-se que temas envolvendo a abordagem de aspectos éticos e legais a respeito da utilização e de elementos dentários humanos extraídos sejam discorridos de modo a envolver os alunos em diálogos e debates com caráter de análise crítica nos cursos de odontologia. Ademais, é imprescindível a criação de um BDH como ferramenta de contribuição para o exercício profissional no que diz respeito à valorização dos dentes como órgãos humanos.

Palavras-chave: Biossegurança; Dente; Odontologia.

Abstract

This study aims to evaluate the ethical and legal aspects involved in the use of extracted teeth and human tooth banks by dental students. This is a narrative bibliographical review with a documentary and observational approach. The databases used to search the literature were PubMED, SCIELO, LILACS and Google Scholar. The words used as a search method were "tooth bank", "dental students" and "ethical-legal aspects". Law 8.501 of 1992 already provides for the use of cadavers for teaching and academic research, but in relation to the use of dental elements for didactic pedagogical practices, for a long time there was a gap in the legislation as to the legal way of obtaining them. The lack of implantation and implementation of human tooth banks in the majority of higher education institutions, both public and private, is one of the main problems described in the literature on this subject. In addition, it is notorious that there is a lack of knowledge on the part of academics about the correct use of these organs in studies, leading to a greater risk of cross-contamination. It is suggested that topics involving the ethical and legal aspects of the use of extracted human dental elements be discussed in order to involve students in dialogues and debates with a critical analysis character in dentistry courses. Furthermore, it is essential to create a BDH as a tool to contribute to professional practice in terms of valuing teeth as human organs.

Keywords: Biosafety; Tooth; Dentistry.

1. Introdução

O banco de dentes humanos (BDH) é uma entidade vinculada a uma instituição de ensino superior, que não apresenta fins lucrativos. Este apresenta como objetivos principais valorizar o dente como órgão, complementar as atividades acadêmicas laboratoriais práticas de pesquisa e ensino bem como, evitar a possível infecção cruzada em decorrência do manuseio incorreto do dente e resguardar a saúde dos profissionais e pacientes (ENDO *et al.,* 2017; NASSIF *et al*., 2003; SCHEIFITER; KOSSATZ; QUEIROZ, 2017).

Vale ressaltar que a utilização de dentes humanos é essencial durante a graduação para que os acadêmicos tenham domínio cognitivo das técnicas aplicadas, e aperfeiçoem os procedimentos restauradores, realização de tratamento endodôntico, entre outros, antes de realizarem atendimentos diretamente a pacientes, e para isso requer o emprego de dentes naturais (GUIRRA; QUEIROZ, 2020; MEDEIROS *et al.,* 2020).

É necessário frisar que o comércio de elementos dentários humanos dentro dos centros de ensino ainda é uma pratica comum e ilegal nos cursos de odontologia. Dessa forma, em detrimento da dificuldade de obtenção, os

discentes utilizam de meios ilegais para a aquisição de dentes provenientes de diversas fontes (IMPARATO, 2003). Ressaltando ainda que o artigo 5 da lei 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, considera como crime o comercio de órgão, com pena de três a oito anos de reclusão (BRASIL, 1997).

Outra questão, é que ainda existe nos cursos de odontologia do Brasil um impasse acerca de o que fazer com os dentes extraídos nas disciplinas do curso. Nas instituições em que não há disponibilidade de BDH, os dentes são descartados em lixo biológico ou professores guardam esses órgãos sem cuidados de descontaminação e/ou sem registro de origem (SPONCHIADO JÚNIOR, 2012).

Docentes do curso de odontologia acreditam que o uso de dentes nas atividades pré-clínicas tem potencial educacional e didático, como também ajuda no desenvolvimento de habilidades motoras (SILVA *et al.,* 2020). Segundo Felipe *et al*. (2014), a abordagem de questões sobre implicações éticas e legais envolvendo o emprego de elementos dentários é fundamental ainda na graduação, no entanto, é algo que deve ser discutido previamente às práticas laboratoriais (FELIPE *et al.,* 2014; SILVA *et al.,* 2020). Outros pontos importantes a serem discutidos é sobre o funcionamento e implementação do banco (FELIPE *et al.,* 2014).

Com o objetivo de funcionamento do BDH, suas atividades devem ser amplamente divulgadas para a comunidade externa e interna no local em que o banco estiver instalado, através de educação em saúde utilizando de forma total, e integrando campanhas e meios de comunicação, informando sobre a importância da doação de dentes, que deve ser realizada de forma consciente, voluntária e documentada (LEITE *et al.,* 2017).

1.1 Objetivos Gerais

Avaliar na literatura os aspectos ético-legais envolvidos na utilização de dentes extraídos e banco de dentes por acadêmicos de Odontologia.

2. Revisão da Literatura

Em 1992 foi implantado no Brasil o primeiro banco de dentes humanos da disciplina de odontopediatria da faculdade de odontologia da universidade de São

Paulo (FO – USP) (MIRANDA; BUENO, 2012). Com o objetivo de simplificar e viabilizar pesquisas, combater o comercio ilegal de dentes, bem como ampliar a visão dos discentes quanto ao uso bioético e legal dos elementos dentários (PEREIRA, 2012).

Um mapeamento realizado revelou que um total de 196 cursos de odontologia no Brasil, apenas 64 apresentavam BDH instalados (PEREIRA, 2012). No entanto professores e alunos consideram fundamental e indispensável a existência de um BDH para dar apoio as pesquisas e atividades acadêmicas (LEITE *et al.,* 2017).

A lei 8.501 de 1992, já dispõe sobre o uso de cadáveres para o ensino e pesquisas acadêmicas (BRASIL, 1992). Porém, em relação ao uso de elementos dentários para praticas didático pedagógicas, por muito tempo ficou uma lacuna na legislação quanto a forma legal de obtenção, o que se tinha era uma concordância que dentes indicados por extração mediante autorização do paciente poderiam ser utilizados, entretanto, não era colocado em pratica (LOUZADA *et al*., 2015).

Contudo, todo paciente deve ser esclarecido e questionado se aceita doar o(s) seu(s) dente(s), seja ele decíduo ou permanente, caso esteja de acordo, deve ser orientado a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) onde deve conter esclarecimentos quanto a finalidade dos dentes doados (MOREIRA *et al.,* 2009). Mas se o dente já estiver armazenado no banco de dentes sem obtenção do conscientemente do doador, pode lançar mão de um Termo de Doação de Dentes Humanos (TDDH) que é um documento que oficializa a doação e que é de uso para ensino e pesquisa (SCHEIFITER; KOSSATZ; QUEIROZ, 2017).

A resolução do conselho nacional de saúde (CNS) no 466 de 12 de dezembro de 2012, trata de pesquisas e teste em seres humanos para fins de pesquisa cientifica (BRASIL, 2012). No Código de Ética Odontológico no capitulo XIV trata sobre doação, transplante e banco de órgão, tecido e biomateriais, estabelece que o profissional que descumprir a legislação vigente sobre o assunto incorre em infração ética e fica sujeito a penas previstas na Lei no 4.324 de 14 de abril de 1964 que preveem desde advertência ou censura até suspensão ou cassação do exercício profissional (BRASIL, 2012; QUEIROZ, 2017).

Em estudo realizado, mais de 50% dos alunos entrevistados relataram ter comprado um ou mais dentes onde o valor cobrado chegou até 10,00$ por unidade

(PAULA *et al.,* 2001). Para se combater o comercio ilegal de dentes nos centros acadêmicos, são necessárias campanhas de divulgação para o incentivo de doação oficializada, reforçando também a criação de um biobanco para auxiliar os graduandos na captação, armazenamento e manipulação evitando contaminação biológica (FREITAS *et al.,* 2012).

Convém ressaltar ainda que existe o risco de infecção cruzada no que concerne ao emprego de elementos dentários infectados não estéreis, uma vez que estes órgãos correspondem a fontes de inúmeros microrganismos patogênicos (SILVA *et al.,* 2018). Um dos objetivos principais do BDH é o controle de infecções cruzadas. A desinfecção de dentes extraídos para uso pré-clínico deve ser uma preocupação dos alunos e professores, devido apresentarem riscos à saúde dos indivíduos (CURYLOFO-ZOTTI *et al.,* 2017).

É de suma importância a adoção de equipamentos de proteção individual durante o manuseio dos dentes, entretanto não há um método ideal para esterilização dos dentes antes do uso, o que há são estudos que visam unir preservação da estrutura dental e eficiência antimicrobiana (CURYLOFO-ZOTTI *et al.,* 2017). À vista disso, é necessário ampliar as campanhas de conscientização sobre as medidas de biossegurança no manejo dos dentes extraídos (GEBAUER *et al.,* 2021).

3. Considerações Finais

Indubitavelmente, sabe-se que existem inúmeras dificuldades envolvidas no processo de aquisição de dentes com finalidades de uso em pesquisas e estudos pré-clínicos, sendo que a falta de um BDH nas instituições de ensino superior constitui outro impasse e dificulta consideravelmente a acessibilidade dos alunos a estes órgãos solicitados no decorrer do curso de graduação.

Sugere-se que temas envolvendo a abordagem de aspectos éticos e legais a respeito da utilização e de elementos dentários humanos extraídos sejam discorridos de modo a envolver os alunos em diálogos e debates com caráter de análise crítica nos cursos de odontologia. Ademais, é imprescindível a criação de um BDH como ferramenta de contribuição para o exercício profissional no que diz respeito à valorização dos dentes como órgãos humanos.

Referências

BRASIL. Conselho Federal de Odontologia. Código de ética odontológica: aprovado pela Resolução CFO n0 118/2012. Rio de Janeiro: CFO; 2012.

BRASIL. Lei no 8.501 de 30 de novembro de 1992. Dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v.11, 01 de dezembro de 1992, secção 1, p.16519.

BRASIL. Lei no 9.434 de 4 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 2, 5 de fevereiro de 1997, secção 1, p.2191.

CURYLOFO-ZOTTI, Fabiana Almeida *et al*. Human teeth biobank: Microbiological analysis of the teeth storage solution. **Microscopy Research and technique**, v. 81, n. 3, p. 332-337, 2018.

ENDO, Marcos Sergio *et al*. importância do banco de dentes humanos: relato de experiência. **Arch Healt Invest**., v. 6, n. 10, 2017.

FELIPE, Elaine Fernandes *et al*. Aspectos éticos da obtenção de dentes por estudantes de uma graduação em Odontologia. **Rev. bioét.(Impr.)**, v. 22, n. 1, p.171-175, 2014.

FREITAS, Amanda Beatriz Dahdah Aniceto *et al*. Uso de dentes humanos extraídos e os bancos de dentes nas instituições brasileiras de ensino de odontologia. **Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada**, v. 2, n. 1, p.1-6, 2012.

GEBAUER, Patricia Larissa *et al*. Conhecimento e utilização do Biobanco de Dentes Humanos pela comunidade acadêmica do curso de Odontologia da UFPR. **Revista da ABENO**, v. 21, n. 1, p. 1255-1255, 2021.

GUIRRA, Fernanda Rebouças; QUEIROZ, Letícia Silva das Virgens. Educação em saúde bucal e estímulo à doação de dentes decíduos para bancos de dentes em escolas e creches de Feira de Santana-BA: Relato de Experiência. **Expressa Extensão**, v. 25, n. 3, p.216-223, 2020.

IMPARATO, José Carlos Pettorossi. Banco de dentes humanos. Curitiba: Ed. Maio, Curitiba, 2003.

LEITE, Denis Pereira *et al*. Avaliação do Nível de Conhecimento de Docentes, Discentes e Leigos Sobre Utilização de Dentes Extraídos e Banco de Dentes Humanos. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 21, n. 2, p. 145-150, 2017.

LOUZADA, Leonardo Navega *et al*. Banco de Dentes Humanos: ética a serviço do ensino e da pesquisa-a experiência da Faculdade de Odontologia da UERJ. **Interagir: pensando a extensão**, v. 20, p. 67-79, 2015.

MEDEIROS, Maria Cristina dos Santos *et al*. Conhecimento de docentes e discentes de um curso de Odontologia sobre os aspectos legais que envolvem a utilização de dentes humanos extraídos.

Revista da ABENO, v. 20, n. 1, p.13-25, 2020.

MIRANDA, Geraldo Elias; BUENO, Fernanda Carneiro. Banco de dentes humanos: uma análise bioética. **Revista Bioética**, v. 20, n. 2, 2012.

MOREIRA, Letícia *et al*. Banco de dentes humanos para o ensino e pesquisa em Odontologia. **Revista da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre**, v. 50, n. 1, p.34-37, 2009.

NASSIF, Alessandra Cristina da Silva *et al*. Estruturação de um banco de dentes humanos. **Pesqui Odontol Bras**, v. 17, p. 70-74, 2003.

PAULA, Sandra *et al*. Comercialização de dentes nas universidades. **Pesquisa brasileira em Odontopediatria e clínica integrada**, v. 1, n. 3, p. 38-41, 2001.

PEREIRA, Dayliz Quinto. Banco de dentes humanos no Brasil: revisão de literatura. **Revista da ABENO**, v. 12, n. 2, p.178-184, 2012.

SCHEIFITER, Natalia; KOSSATZ, Stella; QUEIROZ, Vania Aparecida Oliveira. **A importância do banco de dentes humanos no curso de graduação em odontologia e em pesquisas "in vitro" na UEPG**. In: Encontro conversando sobre extensão na UEPG, 2017, Ponta Grossa-Paraná. Anais [...]. Ponta Grossa-Paraná: [s. n.], 2017. Disponível em: http://sites.uepg.br/conex/anais/anais_2017/assets/uploads/trabalhos/07092017_220733.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

SILVA, Daylana Pacheco *et al*. Conhecimento dos cirurgiões-dentistas sobre Banco de Dentes Humanos. **Revista da ABENO**, v. 8, n. 2, p. 20-26, 2018.

SILVA, Iago Bruno *et al*. Percepção de docentes de Odontologia sobre o uso de dentes humanos como recurso educativo em atividades pré-clínicas. **Revista da ABENO**, v. 20, n. 2, p. 57-63, 2020.

SPONCHIADO JÚNIOR, Emílio Carlos *et al*. Banco de dentes humanos e educação em saúde na Universidade Federal do Amazonas. Relato de experiência. **Revista da ABENO**, v. 12, n. 2, p.185-189, 2012.